

APRESENTAÇÃO

“REFLEXÕES E APORTES PARA A ABORDAGEM DA MEMÓRIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS”

A questão da memória tem cobrado centralidade nas últimas décadas do século XX, tanto nos âmbitos acadêmicos como fora deles. Se bem que a mesma tem sido objeto de reflexão desde a antiguidade clássica, na contemporaneidade recente tem-se produzido uma “explosão sem precedentes da cultura da memória”, ao ponto de que há aqueles que afirmam que o passado tem sido transformado numa verdadeira “obsessão” de nosso tempo (HUYSSSEN, 2007, pp. 7 e 22). Embora a cosmovisão moderna tenha encontrado todo seu potencial nas visões e produções de futuro (desde as ideologias do progresso e o culto à modernização, até a projeção de alternativas que transitavam da reforma à revolução libertaria), uma nova sensibilidade, um clima de época diferente tem sido imposto, substituindo a experiência e a percepção do tempo rumo à angustiosa busca do passado, à possibilidade de retê-lo, de mantê-lo vivo conjurando as desapareições, os silêncios e os esquecimentos.

Este giro memorialístico vincula-se, em parte, à debilitação e crise de identidades coletivas outrora sólidas no marco de aceleradas e profundas mudanças em escala planetária. Em tal contexto, a memória “é percebida como um ponto de ancoragem e como garantia para as identidades ameaçadas” (GROPPO, 2002, pp. 187 y 188). Porém, este giro também está fortemente relacionado com a existência de passados traumáticos, passados que não terminam de passar, que seguem modelando e tensionando o presente de múltiplas formas; daí a preponderância das memórias associadas a acontecimentos tais como ditaduras, guerras, dominações coloniais, genocídios. A respeito, destaca-se o que de oito artigos que compõem o dossiê do presente número, cinco que se centram em processos de inusitada violência, autoritarismo e/ou repressão: a ditadura brasileira e sua projeção no cenário educativo aparece tanto no trabalho de Elenice Silva Ferreira, como no de Luciana Canário Mendes e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; as políticas coloniais da ditadura de Salazar geram a

reestruturação da elite crioula angolana da que se ocupa o artigo de Washington Santos Nascimento; a experiência da Segunda Guerra Mundial em um jovem polaco é abordada por José Miguel Larker e Luisina Agostini; e a vida cotidiana dos estudantes universitários durante a última ditadura argentina constitui o centro de atenção na colaboração de Guadalupe Seia.

A superabundância de memórias, a “obsessão” pelo passado que, de maneira tão evidente tem se apoderado das sociedades contemporâneas tem levado a que, nos âmbitos acadêmicos – desde múltiplas óticas disciplinares e interdisciplinares –, tenha-se tematizado a questão, tornando-se a memória mesma um objeto de estudo de suma importância. A partir da releitura, ineludível, das já clássicas obras do sociólogo francês Maurice Halbwachs, *Os marcos sociais da memória* e *A memória coletiva*, têm gerado profundas reflexões teóricas que resultaram na existência de um tecido conceitual heterogêneo e em perspectivas analíticas bem definidas, porém em permanente revisão e discussão em torno à temática. Os primeiros cinco trabalhos deste dossiê recuperam alguns desses aportes teóricos e, a sua vez, dialogam com eles, gerando novas considerações e/ou categorias no intento de lançar luz sobre processos sociais concretos.

O primeiro artigo, escrito por Elenice Silva Ferreira e intitulado “A memória como objeto de análise e como fonte de pesquisa em história da educação: uma abordagem epistemológica” recupera memórias sobre a ditadura cívico-militar brasileira – e especialmente sobre as relações e práticas de poder constituídas neste período no âmbito local –, que portam um grupo de docentes de uma escola pública de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. A autora inicia seu trabalho traçando um percurso histórico centrado na abordagem que, da memória, realizaram as sociedades ocidentais através dos séculos, detendo-se particularmente no século XX e repondo, a partir daí, uma série de discussões teóricas de suma relevância. Uma das questões mais significativas que recupera é o caráter social, coletivo, da memória, caráter que com tanta lucidez sustentara Halbwachs em seus trabalhos; ainda que diferentemente deste, e fazendo referência aos aportes de autores mais contemporâneos tais como Jacques Le Goff, Michael Pollak e Paul Ricouer, Ferreira enfatiza a conflitividade inerente à mesma, destacando que as lutas de poder que se desenrolam numa sociedade têm nas disputas pelo sentido atribuído ao passado uma de suas facetas mais importantes. Também se exprime em torno da potencialidade da memória como fonte para a construção de conhecimentos, reconhecendo nos testemunhos orais uma chave valiosíssima

para o acesso a sentidos, sentimentos e experiências de atores e sujeitos habitualmente silenciados nas fontes escritas. Por último, da conta dos debates em torno à relação entre história e memória.

Esta última questão é o eixo das reflexões do artigo de Polliana Moreno dos Santos, “Memória e Memória Histórica: categorias para a reflexão sobre o saber histórico escolar”. Esta autora também nos brinda um percurso histórico de abordagens em torno à memória, recuperando a periodização que a respeito realiza Jacques Le Goff. O caráter social da mesma é destacado novamente neste trabalho, ainda que fundado nas proposições de Frederic Bartlett, discute-se o grau e as condições em que os marcos sociais operam e influem sobre os indivíduos na produção da memória. Depois de apresentar explícita distinção estabelecida por Hallbawchs entre memória e história – que se menciona e é compartilhada por Pierre Nora –, a autora recupera concepções que revisam essa relação de oposição e enfatizam os pontos de contato entre ambas; detém-se particularmente nas considerações realizadas a respeito por Walter Benjamin, Jacques Le Goff e Julio Aróstegui. Estes debates a habilitam analisar a categoria de memória histórica – entendida como uma variante de memória social, tal como afirma Celso Pereira Sá – e sustenta seu pertencimento e potencialidade analítica nos estudos do tempo presente; o aporte original do artigo reside em pensar o saber histórico escolar, o saber disciplinar que é ensinado na escola, como constitutivo da memória histórica.

O terceiro artigo do dossiê, escrito por Alexandre de Jesus Santos e José Rubens Mascarenhas de Almeida, e titulado “Considerações gerais acerca da relação entre memória social, ideologia e alienação”, ensaia uma aproximação à questão da memória social a partir de uma perspectiva marxista; aproximação que não é habitual nos trabalhos sobre a temática. As categorias de cunho marxiano que aparecem articuladas ao tema que nos ocupa são as de ideologia e da alienação, ainda que, cabe destacar, recuperam releituras em torno às mesmas, de pensadores mais contemporâneos e, especialmente, a conceituação de ideologia, realizada por István Mészáros. Os autores enfatizam a ancoragem das memórias sociais nas condições materiais de vida e na correlação de força entre as classes, produto da luta entre as mesmas, entroncando assim as perspectivas analíticas que destacam as disputas em torno a essas memórias e põem em questão a visão harmônica do social que prima na concepção de Halbwegs sobre a temática. Acunham o conceito de ideologização da memória para dar conta do fato de que as memórias sociais, e a memória nacional em particular, estão permeadas pela ideologia da classe dominante; ou seja, que ao menos em parte, são uma

produção ideológica da mesma. Por último, destacam que essas memórias próprias das classes dominantes, ao serem assimiladas pelos trabalhadores – que não as tem produzido e cujos conteúdos contradizem suas próprias condições de vida, suas experiências e interesses – supõem um “brutal processo de alienação” por meio do qual a reprodução da sociedade burguesa se faz possível.

O trabalho de Daniela Moura Rocha de Souza e Livia Diana Rocha Magalhães, “A memória escrita dos professores intelectuais em Vitória da Conquista: um recurso possível”, volta a revisar as distintas abordagens históricas sobre a memória, que foram se produzindo, tratando as obras consideradas já clássicas acerca da temática e os debates por elas instalados. No marco desta rota, dão espaço à análise das produções pioneiras no Brasil a respeito da questão. Recuperam, de Celso Pereira Sá, o conceito de memória escrita como uma variável de memória social e o utilizam como ferramenta teórica para analisar as memórias construídas sobre os professores intelectuais das primeiras letras em Vitória da Conquista, no período compreendido entre a primeira e a segunda república, memórias e representações que são postas em tensão com as que atualmente circulam acerca dos professores das primeiras letras.

O quinto artigo do dossiê, escrito por Luciana Canário Mendes e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, denominado “A Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista/Ba à luz da memória coletiva institucional”, aborda o processo de conformação da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, processo que se inicia durante o governo ditatorial. Sustentando-se nos aportes de Halbwachs em torno ao caráter social da memória, porém a partir de um olhar crítico que incorpora o conflito e a contradição, as autoras analisam as memórias dos primeiros professores, estudantes e diretores dessa casa de estudos constitutivas de uma memória coletiva institucional – conceito que elas mesmas definem. Em concordância com este último, identificam relatos, representações e visões comuns que dão forma a essa memória institucional, porém também advertem acerca da existência de outros discursos e posicionamentos divergentes. Por sua vez, os testemunhos dos fundadores são ‘cruzados’ com fontes documentais diversas, na busca de uma articulação entre a história e a memória dos sujeitos sociais envolvidos no processo estudado.

Se os primeiros cinco trabalhos do dossiê permitem aproximar o leitor à instituição da memória em objeto de estudo relevante e numa questão geradora de reflexões teórica e conceitual profundas no interior das Ciências Sociais e Humanas, os três restantes

exemplificam a valorização crescente da mesma como uma fonte de informação fundamental na produção de conhecimentos. A crescente busca por metodologias qualitativas e, especialmente por métodos biográficos é registrada nas diversas disciplinas e ramos do conhecimento sobre o social. Através, fundamentalmente – porém não exclusivamente – de testemunhos orais busca incorporar “a voz dos protagonistas como fonte de material observável”, o “registro da palavra do testemunho” (OBERTI, 2006, pp.46 e 47). Uma das perspectivas mais dinâmicas a respeito constitui a História Oral, na qual o elemento distintivo não é o recurso a novos métodos de coleta de dados – os testemunhos orais obtidos mediante entrevistas –, senão, fundamentalmente, constituir “uma interpretação da história, as sociedades e as culturas em processo de mudança, através da escuta e o registro das memórias e experiências de seus protagonistas” (THOMPSON, 2003-2004, p.15). A apelação à memória como fonte primordial de investigação se vincula, e já não só na História Oral, com perspectivas nas quais a dimensão subjetiva dos atores é central. Por outra parte, ditas perspectivas, ademais, se focalizam em sujeitos cujas opiniões, representações e percepções do mundo não se plasmam habitualmente na documentação escrita, comportando uma verdadeira opção política: visibilizar setores subordinados, marginalizados e/ou oprimidos. E, em estreita vinculação com este último, cabe destacar que a recuperação das vozes silenciadas nos acontecimentos traumáticos que caracterizaram o convulsionado século XX, o registro das recordações que dos mesmos tem sido construído e reconstruído, que foram testemunhos e vítimas, é um elemento recorrente neste tipo de trabalho.

O primeiro dos últimos três artigos do dossiê é o de Washington Santos Nascimento: “Memórias crioulas sobre as políticas de assimilação colonial em Angola (1926-1975)”. Nele se analisa, a partir das memórias de seus protagonistas, a reestruturação à qual a elite crioula de Luanda se viu submetida pelas políticas coloniais da ditadura salazarista na primeira metade do século XX. Particularmente eram trabalhadas – recorrendo fundamentalmente a autobiografias e entrevistas – as tensões e debates gerados no interior dessa elite, ante o dilema de aceitar ou não a nova categoria de “assimilado” e o que isto significava em termos legais, sociais e identitários.

Em “La guerra como experiencia. Historia de vida de un polaco que decidió no volver a seu país”, José Miguel Larker e Luisina Agostini nos aproximam ao trauma da Segunda Guerra Mundial através dos relatos de Mietek Sniadowski, um homem comum a quem o conflito bélico chegou a separar de sua família, a viver diversas peripécias como soldado e

prisioneiro alternativamente e finalmente, a buscar um lugar no mundo longe de seu país de nascimento e a radicar-se ali pelo resto de sua vida, o que não evita que ainda mantenha sua identidade nacional originária. Neste artigo, experiência, trauma e identidade individual se entrelaçam com uma particular realidade social e cultural no que constitui um exemplo muito bom das potencialidades da História de Vida.

O terceiro e último trabalho incluído no dossiê é o de Guadalupe A. Seia, intitulado “Apuntes sobre los casos de las Facultades de Filosofía y Letras y Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad de Buenos Aires”. O mesmo aborda, a partir fundamentalmente do relato de seus protagonistas, a sociabilidade, as práticas culturais e políticas, enfim, a vida cotidiana no interior de duas faculdades da UBA – a maior universidade pública argentina – durante a última ditadura militar. Seu objetivo final é ponderar, à medida que o controle e o terror impostos foram naturalizados – ou resistidos – pelos estudantes dessas casas de estudo. Cabe destacar que a autora inscreve sua produção na tradição da História Oral, reivindicando a existência de uma inter-relação dialética e de complementariedade entre história e memória.

Para além do dossiê, porém ainda em estreita relação com a questão da produção de sentidos sobre acontecimentos traumáticos do passado recente, em “Los apostatas. Algunas reflexiones en torno al movimiento estudiantil mejicano de 1968”, Natalia Vega realiza uma abordagem historiográfica do ciclo de mobilização dos estudantes, conhecido como “o 68 mexicano”. A autora analisa a excepcional situação do país no contexto latinoamericano dos anos sessenta para desentranhar a maneira como a rebelião estudantil propiciou uma acelerada dinâmica de contestação social – repressão estatal que alterou, definitivamente, a modalidade com que se exercia a dominação, abrindo passagem a uma nova etapa na história do México.

O trabalho de Maria Aparecida Silva de Sousa, intitulado “Poderes locais e participação política na Bahia nos anos 1820: algumas considerações adicionais” também se inscreve numa perspectiva historiográfica, ainda que remeta já a um período mais antigo. O artigo analisa diversas questões vinculadas com a expansão da participação política na Bahia durante o constitucionalismo, a começar de 1820, entre elas o papel destacado da imprensa como instrumento de reflexão sobre a política. O objetivo de Souza é mostrar como a crise do período levou tanto ao surgimento de conflitos entre as elites governantes como à emergência de novas práticas políticas entre os habitantes da província.

Alejandro Raúl Trombert, em “La Declaración de Helsinki de Fortaleza (Brasil) 2013: Avances, retrocesos y retos pendientes” analisa criticamente a sétima revisão sofrida por uma

das normativas internacionais que pautam a investigação bioética mais importantes do mundo atual, a Declaração de Helsinki. O artigo realiza uma avaliação das modificações introduzidas nesta norma no ano de 2013, enfocando em três aspectos: as investigações médicas em grupos e pessoas vulneráveis, o uso do placebo e as disposições pós-teste, incluindo a publicação da investigação e difusão dos resultados.

As três últimas colaborações do atual número giram em torno das problemáticas relacionadas com a educação. Ana Carolina Galvão Marsiglia e Cláudio Eduardo Félix dos Santos, em “Educação Proibida: Reflexões sobre os ideários pedagógicos contemporâneos à luz da pedagogia histórico-crítica”, realizam uma aguda crítica do documentário dirigido por Juan Vautisas e German Doin e que estreou no ano de 2012. O artigo começa apresentando um tour pelas distintas concepções pedagógicas clássicas e contemporâneas que se instituíram como dominantes e orientaram as políticas e projetos educativos no Brasil, para logo dar conta das pedagogias contra-hegemônicas surgidas em fins do século XX. Ancorados nestas últimas, os autores se dedicam a realizar uma pormenorizada análise do documentário, aqui considerado um manifesto político-pedagógico consubstanciado nas ideias neoliberais e no discurso pós-moderno.

Por sua parte, o artigo de Patrícia Silva e Ana Cristina Santos Duarte, “Formação de professores e um breve cenário das políticas de formação docente no Brasil”, propõe uma reflexão em torno da formação de professores no contexto das políticas públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas e especialmente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/1996, que exige uma formação adequada, de nível superior para o exercício da profissão docente.

Por último, o artigo de María Silvina Reyes, Silvia Porro e María Elida Pirovani, intitulado “Actitudes hacia la química y rendimiento académico en estudiantes universitarios de carreras biológicas” indaga as atitudes de alunos universitarios de carreiras biológicas (Licenciatura em Biodiversidade e/ou Licenciatura em Biología) em relação à química em diferentes cursos relacionados com a disciplina em questão, com o objetivo de identificar relações entre as mesmas e o rendimento acadêmico apresentado pelos estudantes.

Assim, RBBA sente-se realizada com a apresentação de mais este número, proporcionando a seus leitores um conteúdo do mais alto nível de qualidade acadêmico-científica.

Os organizadores

Referencias

GROPPO, B. Las políticas de la memoria. **Sociohistórica**, N°11-12, 2002. Disponible en: http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3067/pr.3067.pdf. Ingreso en: 2 jul. 2015.

HUYSEN, A. **En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización**. Buenos Aires: FCE, 2007.

OBERTI, A. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. En CARNOVALE, V., LORENZ, F y PITTALUGA, R. (comp.) **Historia, memoria y fuentes orales**. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006.

THOMPSON, P. Historia oral y contemporaneidad. En: **“Historia, memoria y pasado reciente”**. Anuario N°20 de la Escuela de Historia. Rosario: Universidad Nacional de Rosario